



A luta pela terra e a construção social igualitária de gêneros: um panorama acerca da autonomia feminina na Chapada do Apodi/RN

The struggle for land related to egalitarian social construction of gender: an overview about female autonomy in Chapada do Apodi / RN

João Paulo do Vale de Medeiros, doutorando do programa de sociologia e direito da Universidade Federal Fluminense e professor de direito da Universidade Estadual do Rio grande do Norte, jpvaldemedeiros@hotmail.com; Clara Karlyanny Lopes Costa, graduanda em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, clara_karlyanny@hotmail.com; Fernanda Vidal Mesquita, graduanda em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, fmesquita.13@hotmail.com; Gilmar Fonsêca Júnior, graduando em Direito pela Universidade Potiguar, gilmarfonsecajr@gmail.com; Jaqueline Daniele de Oliveira Brasil, graduanda em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, jaquebr@outlook.com.

Resumo: A luta pela autonomia e emancipação das mulheres da Chapada do Apodi tornou-se objeto de estudo desse artigo, partindo da necessidade de uma pesquisa que ponha em discussão as relações de trabalho e gênero das trabalhadoras camponesas. Deste modo, a fim de explicitar a importância da tomada de consciência da marginalização feminina e conseqüente organização estratégica da luta pelos seus direitos, o presente artigo se desenvolve através de pesquisas empíricas, por meio de visitas à Chapada do Apodi, bem como por meio de pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Conflito socioambiental; Autonomia feminina; Agronegócio.

Abstract: The struggle for autonomy and empowerment of women of Chapada do Apodi became an object of study and development of this article, based on the need for research that put into question the existence of labor and gender relations of the peasantry. Thus, to explicit the importance of the conscience of feminine marginalization, and the consequent strategic organization of the fight for their rights, this article was developed through empirical research, through visits to Chapada do Apodi, as well as by means of bibliographic research.

Keywords: Environmental conflict; Female autonomy; Agribusiness.

Introdução

A região entre o estado do Ceará e do Rio Grande do Norte, denominada Chapada do Apodi, foi, nas décadas de 70 e 80, marcada por movimentos dos trabalhadores rurais, que se organizaram para combater a permanência de latifúndios, reivindicando também água e trabalho, conquistando assentamentos na década de 90.



No entanto, o Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi, capitaneado pelo DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca) pretende fazer uso de políticas públicas para, na linguagem divulgada, combater o fenômeno climático da seca nordestina, através de um programa de fruticultura irrigada. Contudo, para a implementação do projeto, será necessária a desapropriação de 13.885 hectares, onde várias famílias que vivem há anos serão expulsas. Segundo análises do EIA (Estudos de Impactos Ambientais) e do RIMA (Relatório de Impactos Ambientais), há, ainda, os eventuais malefícios provenientes do agronegócio, como contaminação dos solos e das águas, superficiais e subterrâneas, devido aos fertilizantes e agrotóxicos.

Em virtude de ter sido posto em risco uma estrutura inteira de agricultura familiar, de base agroecológica, para que a agroindústria e o agronegócio se sobressaiam diante do modo de vida e a produção tradicional das comunidades, as camponesas da região se organizaram e se insurgiram contra o perímetro irrigado, denominando-o de “Projeto da Morte”, protagonizando um processo de resistência popular, encontrando apoio e participação de entidades e organizações. Desta forma, o movimento feminista está à frente de diversas experiências produtivas, gerando renda e autonomia – conquistada através de um longo e difícil processo de auto-organização das mulheres do município, como afirma o Dossiê (2012, p. 33).

A autonomia feminina

Neste panorama de luta pela terra relacionada à construção social igualitária, surge a necessidade de uma pesquisa que problematize a existência das relações de trabalho e gênero das trabalhadoras da Chapada do Apodi. Deste modo, construir um modelo antagônico às práticas conservadoras, patriarcais e neoliberais do agronegócio consiste em respeitar a terra e as pessoas que vivem dela e nela, o que não é possível sem a organização e autonomia das mulheres.



A distinção entre homens e mulheres é construída socialmente, priorizando o primeiro na esfera produtiva e a mulher na esfera da reprodução. As atividades masculinas têm um valor social superior ao das mulheres. Desta forma, a socialização dos homens e das mulheres é determinada pela divisão sexual, definindo as responsabilidades na esfera pública e privada, o que gera com frequência a exclusão destas do mercado formal e da garantia de direitos e toma o tempo que poderiam estar participando da vida pública, da política, ou tendo um trabalho que as tornasse independentes, inserindo-as então no trabalho doméstico, que não gera lucro, para que dependam do patriarcado. Dessa maneira, os homens mantêm o poder sobre as mulheres, devido à dependência financeira, sendo a divisão sexual do trabalho instrumento de perpetuação das desigualdades entre os gêneros.

Portanto, a emancipação adquirida pelas camponesas dessa região, quando passaram a desenvolver os trabalhos considerados masculinos, tem um elo forte com a autonomia econômica conquistada. Através da auto-organização, com ajuda dos movimentos sociais, elas se reconheceram enquanto oprimidas, e com a produção agroecológica, se fortaleceram, percebendo as violações estatais que acabariam com o modelo de vida conquistado por elas e resistindo.

Hoje há um protagonismo das mulheres em experiências camponesas bem-sucedidas nas comunidades da Chapada do Apodi, o que mostra que é possível existir uma agricultura que se opõe ao histórico de opressões que o modelo hegemônico reproduz. E essas mulheres se vêem como sujeitos históricos que podem e devem participar, tanto das lutas específicas, quanto das lutas gerais da classe. Tal tomada de consciência também influenciou para que os homens colaborassem com as tarefas historicamente atribuídas às mulheres — um avanço, apesar de ainda não haver uma divisão igualitária.



Se forem expulsos pelo “Projeto da Morte”, as camponesas e os camponeses desses 13.885 hectares, onde vivem há décadas, cumprindo com a obrigação constitucional de dar função social da propriedade, provavelmente terão como destino retornar às terras como mão-de-obra barata explorada pelo capital. E deste modo, mulheres de diferentes idades entram na cadeia do agronegócio, não como operárias, pois não são prioridades nas contratações para desenvolverem trabalhos considerados “de homem”, mas vendendo seus corpos pela satisfação da demanda sexual dos trabalhadores da região, como mecanismo de subsistência para si e suas famílias, o que aconteceu na implantação do perímetro no Vale do Jaguaribe, no Ceará.

Assim, serão as mulheres as mais afetadas, pois seus direitos e autonomias fortalecidas com tanto esforço estão comprometidas com a expulsão delas de suas terras. Há mobilizações para barrar o projeto do DNOCS desde 2011. Foram organizadas oficinas e escritas cartas para a presidenta Dilma Rousseff no intuito de sensibilizá-la, além da realização de manifestações e audiências públicas. À vista disso, contrapondo-se ao discurso do DNOCS, diz-se em placas de protesto: “A Chapada do Apodi é território da agricultura familiar e camponesa. Aqui, já fazemos desenvolvimento”. No entanto, o Governo Federal já assinou a ordem de instalação do canteiro de obras.

A lógica de implantação desse projeto está diretamente ligada à força ideológica do neodesenvolvimentismo, apresentando esse modelo de progresso como uma resposta ao suposto arcaísmo do campesinato, ideia amplamente difundida pela mídia e absorvida pela população. Antonio Carlos Diegues (2003, p.6), aponta como um aspecto substantivo nas sociedades sustentáveis basear-se na necessidade de se manter a diversidade ecológica, social e cultural dos povos e seus modos de vida, rompendo com a ideia de desenvolvimento ancorada apenas em crescimento econômico.



Conclusão

Com ajuda de movimentos sociais, na Chapada do Apodi/RN, construiu-se um diálogo com a sociedade para forçar mudanças de valores, uma vez que as mulheres têm conseguido ampliar sua capacidade como agentes de desenvolvimento, já que, distintamente da maioria das experiências com a agricultura, verifica-se que as mulheres desse território participam ativamente da esfera produtiva, gerando a autonomia alimentar e tendo maior liberdade para escolherem seus horários e desempenharem trabalhos que gerem renda.

Essa autonomia, no entanto, encontra-se em atribulação com a implantação do Perímetro Irrigado na região, que expulsará famílias, desconsiderando a experiência agroecológica desenvolvida e visando apenas o crescimento econômico. Por isso, essas agricultoras, referência de mulheres que compreendem e contribuem com o desenvolvimento territorial, junto das comunidades, resistem e lutam de todas as maneiras que conseguem contra o “Projeto de Morte”.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Decreto S/Nº 0-001, de 10 de junho de 2011.** Declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS, a área da terra que menciona, localizada no Município de Apodi, no Estado do Rio Grande do Norte. Diário Oficial da União. Brasília/DF, 10 de jun. de 2011.

_____. Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA** referente à implantação do Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi, situado nos municípios de Apodi e Felipe Guerra, no Estado do Rio Grande do Norte. Acquatool Consultoria, 2009.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Sociedades e comunidades sustentáveis.** Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/comsust.pdf>>. Acesso em 24 de abril de 2015.

DOSSIÊ-DENÚNCIA. **Projeto da Morte: Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi.** Mossoró, 2012.